

Energisa Paraíba | Resultados do 1º semestre de 2014

João Pessoa, 14 de agosto de 2014 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T14) e primeiro semestre de 2014 (6M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio, premiações e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.292 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

A Energisa Paraíba foi a vencedora em duas das seis categorias do Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) 2014, um dos maiores reconhecimentos do setor elétrico no país. As premiações foram nos critérios Melhor Distribuidora do Nordeste e Evolução do Desempenho, disputada entre as empresas com mais de 500 mil clientes.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre:

Descrição	6M14	6M13	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	800,9	772,1	+ 3,7
Receita Operacional Líquida	563,0	549,1	+ 5,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	497,2	494,6	+ 0,5
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	42,8	122,7	- 65,1
EBITDA	69,5	146,1	- 52,4
EBITDA Ajustado	80,8	156,8	- 48,5
Resultado Financeiro	14,3	(29,0)	-
Lucro Líquido	47,7	85,1	- 44,0
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.559,9	1.635,9	- 4,6
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	163,5	341,1	- 52,1
Patrimônio Líquido	614,6	590,3	+ 4,1
Endividamento Líquido	515,5	463,7	+ 11,2
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.292,5	1.241,1	+ 4,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.932,9	1.802,4	+ 7,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	2.130,6	2.059,9	+ 3,4
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	11,53	12,45	- 0,92 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	14,4	28,6	- 14,2 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,0	1,4	+ 114,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 6M14, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 735,0 milhões, ante R\$ 717,6 milhões registrados em 6M13, aumento de 2,4% (R\$ 17,4 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 0,5% (R\$ 2,6 milhões) no período, para R\$ 497,2 milhões.

No 2T14, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, cresceu 2,2% (R\$ 5,3 milhões), para R\$ 250,1 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	343,7	336,3	+ 2,2	707,8	697,1	+ 1,5
✓ Residencial	165,3	164,2	+ 0,7	342,2	338,6	+ 1,1
✓ Industrial	42,2	35,5	+ 18,9	85,4	73,7	+ 15,9
✓ Comercial	71,2	70,1	+ 1,6	145,8	144,3	+ 1,0
✓ Rural	17,8	17,2	+ 3,5	38,7	39,8	- 2,8
✓ Outras classes	47,2	49,3	- 4,3	95,6	100,7	- 5,1
(+) Suprimento de energia elétrica	10,1	2,0	+ 405,0	12,0	(3,5)	-
(+) Fornecimento não faturado líquido	0,1	(2,5)	-	(11,2)	(15,1)	- 25,8
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	7,4	13,0	- 43,1	15,1	26,5	- 43,0
(+) Receitas de construção	34,4	31,1	+ 10,6	65,8	54,5	+ 20,7
(+) Outras receitas	5,4	6,3	- 14,3	11,4	12,6	- 9,5
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	401,1	386,2	+ 3,9	800,9	772,1	+ 3,7
(-) Impostos sobre vendas	(111,4)	(107,9)	+ 3,2	(227,8)	(216,4)	+ 5,3
(-) Encargos setoriais	(5,2)	(2,4)	+ 116,7	(10,1)	(6,6)	+ 53,0
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	284,5	275,9	+ 3,1	563,0	549,1	+ 2,5
(-) Receitas de construção	34,4	31,1	+ 10,6	65,8	54,5	+ 20,7
(=) Total Receita líquida, sem receitas de construção	250,1	244,8	+ 2,2	497,2	494,6	+ 0,5

2.2 - Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro semestre de 2014, a Energisa Paraíba alcançou lucro líquido de R\$ 47,7 milhões, ante os R\$ 85,1 milhões registrados em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 80,8 milhões em 6M14, contra os R\$ 156,8 milhões apurados em 6M13, uma redução de 48,5%.

No 2T14, o lucro líquido totalizou R\$ 8,2 milhões, uma queda de 69,4% em relação a igual período do ano anterior.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
(=) Lucro Líquido	8,2	26,8	- 69,4	47,7	85,1	- 43,9
(-) Contribuição social e imposto de renda	(1,0)	0,7	-	(9,5)	(8,6)	+ 10,5
(-) Resultado financeiro	3,2	(22,9)	-	14,3	(29,0)	-
(-) Depreciação e amortização	(13,5)	(11,8)	+ 14,4	(26,6)	(23,4)	+ 13,7
(=) Geração de caixa (EBITDA)	19,5	60,8	- 67,9	69,5	146,1	- 52,4
(+) Receita de acréscimos moratórios	6,5	4,4	+ 47,7	11,3	10,7	+ 5,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	26,0	65,2	- 60,1	80,8	156,8	- 48,5
Margem do EBITDA Ajustado (%)	9,1	23,6	- 14,5 p.p	14,4	28,6	- 14,2 p.p

2.3 - Despesas operacionais

Em 6M14, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 454,4 milhões, aumento de 22,2% (R\$ 82,5 milhões) em relação aos 6M13. Já as despesas controláveis apresentaram redução de R\$ 1,7 milhão. Entretanto, as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 67,6 milhões no semestre, um incremento de 28,0%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var. em R\$ milhões	6M14	6M13	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	49,3	50,3	- 1,0	94,6	96,3	- 1,7
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	26,8	24,6	+ 2,2	50,9	51,2	- 0,3
1.2 Material	3,0	3,4	- 0,4	5,9	6,4	- 0,5
1.3 Serviços de terceiros	19,5	20,3	- 0,8	37,8	38,7	- 0,9
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	159,5	127,5	+ 32,0	309,1	241,5	+ 67,6
3 - Depreciação e amortização	13,5	11,9	+ 1,6	26,6	23,4	+ 3,2
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	9,8	1,6	+ 8,2	13,8	1,5	+ 12,3
5 - Outras despesas/receitas	5,7	4,5	+ 1,2	10,3	9,2	+ 1,1
Subtotal	237,8	195,8	+ 42,0	454,4	371,9	+ 82,5
6 - Custo de construção	34,4	31,1	+ 3,3	65,8	54,5	+ 11,3
Total	272,2	226,9	+ 45,3	520,2	426,4	+ 93,8

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.4 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 6M14 representou uma receita financeira líquida de R\$ 14,3 milhões (R\$ 3,2 milhões no 2T14), ante uma despesa financeira líquida de R\$ 29,0 milhões em 6M13 (R\$ 22,9 milhões no 2T13).

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Paraíba em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Descrição Valor em R\$ milhões	30/6/2014	31/12/2013
Curto Prazo	133,2	134,0
Empréstimos e financiamentos	42,3	43,7
Debêntures	80,2	80,0
Encargos de dívidas	2,7	2,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	8,0	8,0
Longo Prazo	545,8	539,3
Empréstimos e financiamentos	491,6	485,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	54,2	53,6
Total das dívidas	679,0	673,3
(-) Disponibilidades financeiras	163,5	194,1
Total das dívidas líquidas	515,5	479,2

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

No primeiro semestre de 2014 (6M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.166,8 GWh (1.055,5 GWh no 2T14), incremento de 3,9% (aumento de 2,9% no 2T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo cativo mostrou expansão de 7,2% em 6M14 (7,7% no 2T14). As classes de consumo residencial e comercial apresentaram expansão de 7,5% e 8,0%, respectivamente. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 1,6% no semestre.

A energia total distribuída em 6M14 foi de 2.130,6 GWh, ante os 2.059,9 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T14	2T13	Var %	6M14	6M13	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	943,9	876,3	+ 7,7	1.932,9	1.802,4	+ 7,2
✓ Residencial	386,6	363,3	+ 6,4	795,7	740,2	+ 7,5
✓ Industrial	156,9	123,6	+ 26,9	314,9	257,1	+ 22,5
✓ Comercial	172,3	160,6	+ 7,3	352,4	326,2	+ 8,0
✓ Rural	59,3	59,7	- 0,7	129,7	139,3	- 6,9
✓ Outras Classes	168,8	169,1	- 0,2	340,2	339,6	+ 0,2
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	111,6	149,9	- 25,6	233,9	283,2	- 17,4
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.055,5	1.026,2	+ 2,9	2.166,8	2.085,6	+ 3,9
4) Suprimento de energia e não faturado	9,9	(1,3)	-	(36,2)	(25,7)	+ 40,9
5) Energia Total Distribuída (3+4)	1.065,4	1.024,9	+ 4,0	2.130,6	2.059,9	+ 3,4

A Energisa Paraíba encerrou o primeiro semestre de 2014 com 1.292.459 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,1% superior à registrada no fim de junho de 2013. Já o número de consumidores livres totalizaram 20 em junho de 2014.

3.2 - Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica se mantém no centro das ações gerenciais e têm permitido à empresa manter bons resultados no seu desempenho operacional. Os índices de perdas vêm gradativamente se reduzindo. Nos últimos 12 meses terminados em junho de 2014, as perdas de energia elétrica encerraram em 11,5%, queda de 0,9 ponto percentual em relação a igual período encerrado em junho do ano passado.

4 - Investimentos

No primeiro semestre de 2014, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 77,9 milhões, ante os R\$ 60,3 milhões registrados em 6M13.

5 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba no primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 206 mil, sendo i) R\$ 193 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e ii) R\$ 13 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	30/06/2014	31/12/2013
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	40.586	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	87.957	96.049
Consumidores e concessionárias	141.671	151.382
Títulos de créditos a receber	28.079	33.152
Estoques	4.474	4.263
Impostos a recuperar	53.740	50.471
Despesas pagas antecipadamente	1.828	4.985
Baixa renda e outros créditos	54.138	33.483
Total do circulante	412.473	424.100
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	35.005	47.747
Títulos de créditos a receber	21.032	28.840
Impostos a recuperar	26.946	26.190
Créditos tributários	127.473	124.132
Cauções e depósitos vinculados	22.994	22.610
Instrumentos financeiros derivativos	15.530	15.685
Contas a receber da concessão	248.907	225.555
Outros	2.666	3.334
	500.553	494.093
Investimentos	125	97
Intangível	634.361	609.184
Imobilizado	12.424	13.511
Total do não circulante	1.147.463	1.116.885
Total do ativo	1.559.936	1.540.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	30/06/2014	31/12/2013
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	96.755	90.153
Encargos de dívidas	2.667	2.269
Empréstimos e financiamentos	42.285	43.719
Debentures	80.173	80.029
Folha de pagamento	2.870	3.927
Tributos e contribuições sociais	46.045	46.354
Dividendos	-	16.000
Obrigações estimadas	8.325	8.036
Encargos do consumidor a recolher	386	206
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.578	3.686
Benefícios a empregados - plano de pensão	8.037	8.037
Obrigações Intrassetoriais	27.213	23.662
Outras contas a pagar	10.470	15.307
Total do circulante	328.804	341.385
Não circulante		
Fornecedores	2.646	2.646
Empréstimos e financiamentos	491.586	485.747
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Tributos e contribuições sociais	24.299	20.419
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	41.758	37.604
Benefícios a empregados - plano de pensão	54.254	53.644
Outros	1.959	1.454
Total do não circulante	616.502	601.514
Patrimônio líquido		
Capital social	461.424	425.805
Reservas de capital	97.002	97.002
Reservas de lucros	51.210	86.829
Dividendos adicionais propostos	6.996	6.996
Lucros acumulados	16.544	-
Outros resultados abrangentes	(18.546)	(18.546)
Total do patrimônio líquido	614.630	598.086
Total do passivo e patrimônio líquido	1.559.936	1.540.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

	6M14	6M13
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	696.648	681.996
Suprimento de energia elétrica	12.026	(3.515)
Disponibilidade do sistema elétrico	15.140	26.521
Receita de construção	65.836	54.461
Outras receitas	11.248	12.607
	800.898	772.070
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	160.174	149.607
PIS, Cofins e ISS	67.628	66.827
Quotas para a reserva global de reversão	-	(1.774)
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	10.052	8.295
	237.854	222.955
Receita operacional líquida	563.044	549.115
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	50.890	51.175
Material	5.894	6.418
Serviços de terceiros	37.832	38.707
Energia elétrica comprada para revenda	288.094	218.184
Transporte de potência elétrica	20.997	23.325
Depreciação e amortização	26.621	23.367
Provisão para contingências /devedores duvidosos	13.749	1.523
Custo de construção	65.836	54.461
Outras despesas/receitas	10.287	9.284
	520.200	426.444
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	42.844	122.671
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	8.925	6.556
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	11.271	10.757
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	4.762	491
Outras receitas financeiras	7.109	3.631
Encargos de dívidas - juros	(19.273)	(22.271)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	15.182	(33.188)
(-) Transferência para ordens em curso	1.480	1.279
Marcação a mercado de derivativos	16.725	(19.160)
Instrumentos financeiros derivativos	(22.629)	30.417
Ajuste valor presente de ativos	2.566	121
Outras despesas financeiras	(11.784)	(7.600)
	14.334	(28.967)
Resultado antes dos impostos	57.178	93.704
Contribuição social e imposto de renda	(9.499)	(8.642)
Lucro líquido do período	47.679	85.062
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	51,93	92,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.292.479 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 22 e 28, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 12 de agosto de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
CEF	CDB	27/06/2016 a 30/06/2016	100,5% do CDI	12.556	24.865
Santander	Debêntures (2)	20/06/2016	103,2% do CDI	3.405	4.271
				15.961	29.136
Caixas e bancos				24.625	21.179
				24.625	21.179
Total caixa e equivalente de caixa				40.586	50.315

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2014	31/12/2013
ABC Brasil	CDB	25/09/2014	100,5% do CDI	2	2
Banrisul	Fundo de Investimento	-	CDI	48	53
BES	CDB	19/03/2015 a 06/05/2015	102,5% a 103,0% do CDI	13	13
BICBanco	CDB	26/08/2014 a 10/02/2016	98,0% a 108,0% do CDI	64	61
BMG	CDB	19/01/2015	100,0% do CDI	9	9
Bradesco	CDB	23/10/2014	95,0% do CDI	346	-
BTG Pactual	CDB	09/12/2014	97,5% do CDI	74	70
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	15/04/2016 a 01/03/2020	CDI/SELIC/IPCA +5,7%	17.647	24.449
CEF	Poupança	-	Poupança	87	87
FIM Zona da Mata (4)	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	53.642	45.658
HSBC	CDB	03/08/2015	100,0% do CDI	710	677
Itaú	CDB	29/09/2015 a 17/06/2016	90,0% a 99,0% do CDI	485	403
Itaú	Debêntures (2)	24/11/2015	99,0% do CDI	269	321
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	880	718
Nordeste	CDB	11/01/2016 a 30/08/2019	90,0% a 100,0% do CDI	38.919	40.315
Pine	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	188	178
Safra	Fundo de Investimento	-	CDI	-	12.629
Votorantim	CDB	25/05/2015	98,0% do CDI	4	4
				113.387	125.647

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	4.029	3.697
Mercantil	Depósito a prazo - DPGE	26/06/2015	112,0% do CDI	5.546	14.452
				9.575	18.149

Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)

122.962 143.796

Circulante

87.957 96.049

Não circulante

35.005 47.747

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$42.098 (R\$46.553 em 31 de dezembro de 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (1)	Vencidos					30/06/2014	31/12/2013
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	18.422	15.427	7.966	3.628	370	77	45.890	35.438
Industrial	15.250	1.714	235	357	371	5.511	23.438	21.345
Comércio, serviços e outras atividades	14.622	3.356	1.320	870	473	1.778	22.419	19.922
Rural	1.808	963	711	369	72	54	3.977	3.838
Poder Público:								
Federal	1.935	256	42	25	10	13	2.281	2.546
Estadual	3.099	410	68	41	16	15	3.649	4.071
Municipal	2.212	292	49	29	11	11	2.604	2.906
Iluminação pública	4.359	652	128	99	177	314	5.729	5.667
Serviço público	3.495	65	36	53	65	108	3.822	23.769
Subtotal - consumidores	65.202	23.135	10.555	5.471	1.565	7.881	113.809	119.502
Concessionárias (2)	10.109	-	-	-	-	1.997	12.106	3.849
Fornecimento não faturado	25.971	-	-	-	-	-	25.971	37.151
Outros	2.474	-	-	-	-	-	2.474	2.235
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.628)	(843)	(8.218)	(12.689)	(11.355)
Total - Circulante	103.756	23.135	10.555	1.843	722	1.660	141.671	151.382

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$10.254 (R\$1.997 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$11.857 (R\$5.584 em 31 de dezembro de 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$3.777 em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2014	31/12/2013
Créditos vencidos (*)	1.997	1.997
Créditos a vencer	8.257	-
	10.254	1.997
(-) Aquisições de energia na CCEE	(11.857)	(5.584)
(-) Encargos de serviços do sistema	-	(3.777)
	(1.603)	(7.364)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Títulos de créditos a receber	82.043	90.704
Ajuste a valor presente	(7.849)	(10.415)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(25.083)	(18.297)
	<u>49.111</u>	<u>61.992</u>
Circulante	28.079	33.152
Não circulante	21.032	28.840

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
Vencidos	25.083
2014	28.079
2015	7.838
2016	5.388
2017	3.054
2018	1.901
2019 em diante	2.851
Total	<u>74.194</u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - inicial - circulante - 31/12/2013 e 31/12/2012	29.652	26.322
Provisões constituídas no período	8.582	10.482
Reversão de provisões no período	(462)	(7.152)
Saldo - final - circulante - 30/06/2014 e 31/12/2013	<u>37.772</u>	<u>29.652</u>
Clientes, consumidores e concessionárias	12.689	11.355
Títulos de créditos a receber	25.083	18.297

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisões dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2013, foi uma redução de 3,02%.

10. Impostos a recuperar

	30/06/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.348	22.274
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.104	306
Imposto de Renda - IRPJ	21.405	21.498
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	2.953	3.149
Contribuição do PIS e COFINS	32.876	29.430
Outros	-	4
	80.686	76.661
Circulante	53.740	50.471
Não circulante	26.946	26.190

11. Baixa renda e outros créditos

	30/06/2014	31/12/2013
Baixa renda	13.323	13.053
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	11.550	9.939
Ordens de serviço em curso - outros	2.215	1.438
Adiantamentos	521	574
Subvenção CDE - desconto tarifário	24.265	5.028
Creditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	926	1.045
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	752
Outros	4.004	4.988
Total	56.804	36.817
Circulante	54.138	33.483
Não circulante	2.666	3.334

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário:

- Baixa Renda**

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo - inicial 31/12/2013 e 31/12/2012	13.053	16.409
Subvenção baixa renda	40.554	84.191
Ressarcimento Eletrobrás	(40.284)	(87.547)
Saldo- final - circulante -30/06/2014 e 31/12/2013	13.323	13.053

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

- Subvenção CDE - desconto tarifário**

	30/06/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	63.630	40.825
Ressarcimento Eletrobrás	(39.365)	(35.797)
Total	24.265	5.028

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de janeiro de 2014 a junho de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no próximo trimestre.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe -

Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferirão à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Energia Elétrica comprada para revenda(2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	11.420	-	2.963	-	1.805
EBO	-	877	-	281	271
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	644	-	-	107
30/06/2014	11.420	1.521	2.963	281	2.183
30/06/2013	10.892	2.521	2.246	373	1.686

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No 2º trimestre de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$618 (R\$548 em 30 de junho de 2013) e da Diretoria foi de R\$1.694 (R\$1.636 em junho de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$217 (R\$279 em 30 de junho de 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$320 (R\$449 em 30 de junho de 2013).

No 2º trimestre de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, foram de R\$60 e R\$1 (R\$41 e R\$6 em 30 de junho de 2013), respectivamente. A remuneração média no 2º trimestre de 2014 foi de R\$14 (R\$22 em 30 de junho de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$8.721 (R\$7.584 em 2013).

13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/06/2014	31/12/2013
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	100.226	96.578
Contribuição social sobre o l. líquido	36.080	34.768
Total - não circulante	136.306	131.346
Passivo		
Imposto de renda	6.495	5.304
Contribuição social	2.338	1.910
	8.833	7.214
Totais líquidos - ativo não circulante	127.473	124.132

As diferenças temporárias são como segue:

	30/06/2014		31/12/2013	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio	185.544	63.085	191.718	65.184
Provisão ajuste atuarial	62.291	21.179	61.156	20.793
Provisões para riscos	41.757	14.197	37.604	12.785
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	31.128	10.584	7.351	2.499
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	26.072	8.864	29.374	9.987
Variações cambiais passivas	19.111	6.498	35.449	12.053
Marcação a mercado - derivativo	(15.530)	(5.280)	(15.685)	(5.333)
Ajustes a valor presente	7.849	2.669	10.415	3.541
Ativos regulatórios (CVA´s)	41.375	14.068	26.919	9.152
Outras adições (exclusões) temporárias	1.304	442	2.011	685
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a Receber da concessão e atualizações:	(25.979)	(8.833)	(21.218)	(7.214)
Total - ativo não circulante	374.922	127.473	365.094	124.132

(1) O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2014	2.877
2015	5.739
2016	5.724
2017	5.724
2018	5.709
2019 a 2023	101.700
Total	127.473

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
Lucro antes dos impostos	7.263	57.178	26.031	93.704
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(2.469)	(19.440)	(8.851)	(31.859)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	2.972	9.316	7.445	20.702
Outros - exclusões permanentes (**)	(1.468)	625	2.112	2.515
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social	965	(9.499)	706	(8.642)
Alíquota efetiva	13,29%	16,61%	2,71%	9,22%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 30 de junho de 2014 e 2013, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(**) Referem-se basicamente as despesas contabilizadas em doações, patrocínios, participações e brindes.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23/05/2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A medida provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da lei entrarão em vigor a partir de 2015, entretanto permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de junho de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$4.762.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/06/2014	31/12/2013
Ativo financeiro - 31/12/2013 e 31/12/2012	225.555	147.049
Adições no período/ exercício (*)	19.159	73.897
Baixas no período/ exercício	(569)	(838)
Ativo financeiro	244.145	220.108
Atualização contas a receber da concessão - VNR	4.762	5.447
Ativo financeiro custo corrigido- 30/06/2014 e 31/12/2013	248.907	225.555

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

15. Intangível e Imobilizado

	30/06/2014	31/12/2013
Intangível - Contrato de concessão	634.361	609.184
Imobilizado	12.424	13.511
Total	646.785	622.695

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo 31/12/2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 30/06/2014
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo:	1.187.032	-	37.150	(5.144)	-	1.219.038
Amortização acumulada	(448.855)	-	-	3.391	(29.751)	(475.215)
Subtotal	738.177	-	37.150	(1.753)	(29.751)	743.823
Em Curso	62.801	77.924	(37.432)	(19.598)	-	83.695
Total	800.978	77.924	(282)	(21.351)	(29.751)	827.518
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	188.990	-	1.153	-	-	190.143
Amortização acumulada	(37.104)	-	-	-	(4.499)	(41.603)
Subtotal	151.886	-	1.153	-	(4.499)	148.540
Em Curso	39.908	6.301	(1.153)	(439)	-	44.617
Total	191.794	6.301	-	(439)	(4.499)	193.157
Total do intangível	609.184	71.623	(282)	(20.912)	(25.252)	634.361
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	14.508	-	256	-	-	14.764
Veículos	247	-	-	-	-	247
Móveis e utensílios	12.004	-	26	-	-	12.030
Depreciação Acumulada	(13.575)	-	-	-	(1.369)	(14.944)
Total do imobilizado	13.511	-	282	-	(1.369)	12.424
Total Geral	622.695	71.623	-	(20.912)	(26.621)	646.785

(*) Das baixas no montante de R\$20.912, R\$19.159 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$1.753 referem-se a baixas realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,89% (3,89% em 31 de dezembro de 2013).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor	76.220	72.972
Participação da União - recursos CDE	153.764	153.764
Participação do Governo do Estado	11.937	11.937
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	5.045	1.992
(-) Amortização acumulada	(41.603)	(37.104)
Total	205.363	203.561
Alocação:		
Contas a receber da concessão	12.206	11.767
Infraestrutura - Intangível em serviço	148.540	151.886
Infraestrutura - Intangível em curso	39.572	37.916
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	5.045	1.992
Total	205.363	203.561

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais.

Em 30 de junho de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$5.045 (R\$1.992 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

16. Fornecedores

	30/06/2014	31/12/2013
Suprimento: (1)		
CCEE	11.857	5.584
Contratos Bilaterais (1)	60.894	52.095
Encargos do serviço de sistema (1)	-	3.777
Conexão à rede (1)	303	303
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	783	448
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	3.385	3.280
Materiais, serviços e outros (2)	22.179	27.312
Total	99.401	92.799
Circulante	96.755	90.153
Não Circulante	2.646	2.646

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/06/2014	31/12/2013	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	503	-	61.000	61.503	61.485	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	386	519	934	1.127	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	72	567	1.582	2.221	2.504	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	410	1.640	2.117	2.322	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	354	1.859	2.271	2.448	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	86	432	2.577	3.095	3.310	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	9	391	2.856	3.256	3.451	
Eletrobrás - Subtransmissão	7	6.130	4.785	10.922	13.987	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	9	4	-	13	23	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	529	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	2.437	-	2.437	5.363	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	24	9.784	18.738	28.546	33.311	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	-	7.429	43.699	51.128	53.966	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	-	2.225	5.057	7.282	8.499	
Banco Itaú BBA - BNDES FINEM	105	1.508	35.185	36.798	-	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES	59	7.799	29.085	36.943	40.812	
Banco Itaú BBA - FINAME	127	2.429	26.108	28.664	24.256	
Total em moeda nacional	1.155	42.285	234.690	278.130	257.393	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(339)	-	(1.224)	(1.563)	(1.732)	
Em moeda estrangeira						
Banco Itaú BBA I	453	-	37.222	37.675	39.882	(1)
Banco Itaú BBA II	926	-	132.797	133.723	142.428	(1)
Citibank	472	-	88.101	88.573	93.764	(1)
Total em moeda estrangeira	1.851	-	258.120	259.971	276.074	
Total	2.667	42.285	491.586	536.538	531.735	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$30.976 (R\$36.268 em 31 de dezembro de 2013), registrados na rubrica, “recursos vinculados” no ativo circulante.

(1) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	60	CDI +	0,7%	10,44%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	14	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	23	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	jul-2019	mensal	Recebíveis	30	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	out-2020	mensal	Recebíveis	37	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	jun-2021	mensal	Recebíveis	41	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	mar-2022	mensal	Recebíveis	47	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	11	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	-	RGR	8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	mar-2016	mensal	Recebíveis	-	Selic Acumulada		9,80%	
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	3	pré-fixado	7,7%	7,7%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	pré-fixado	7,8%	7,8%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	32	pré-fixado	8,1%	8,1%	(2)
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	19	TJLP +	4,0%	9,2%	
Banco BNB - repasse BNDES FINEM	Dez-2023	mensal	Aval Energisa S.A	28	TJLP +	De 3,50% a 8,90%	8,7% a 14,3%	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP +	De 3,4% a 4,4%	De 8,57% a 9,62%	
Banco Itaú BBA - FINAME	até ago-2023	Mensal	Aval Energisa S.A.	51	TJLP +	2,5% a 10%	7,62% a 15,5%	
Banco Itaú BBA I	Ago-2015	final	Aval Energisa S.A	14	Dólar +	3,2466%	2,65%	(1)
Banco Itaú BBA II	Abr-18	anual após abr2017	Aval Energisa S.A	40	Dólar +	3,4892%	2,89%	(1)
Citibank	Set-2017	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A	33	Libor +	1,8987%	2,46%	(1)

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2014	31/12/2013
US\$ x R\$	-5,98%	14,64%
TJLP	2,53%	5,00%
SELIC	5,02%	8,22%
CDI	4,76%	8,06%
IPCA	3,75%	5,91%
IGP-M	2,45%	5,53%

Em 30 de junho de 2014, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2014
2015	62.332
2016	89.649
2017	148.237
2018	118.036
2019	38.415
Após 2019	34.917
Total	491.586

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Saldo em 31/12/2013 e 31/12/2012	531.735	476.840
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	42.462	179.681
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(443)	87.951
Pagamento de principal	(22.139)	(172.339)
Pagamento de juros	(15.077)	(40.398)
Saldo em 30/06/2014 e 31/12/2013	536.538	531.735
Circulante	44.952	45.988
Não circulante	491.586	485.747

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	49	97	97	387	630
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	54	110	110	55	329
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	14	28	28	12	82
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	53	104	104	261	522
	170	339	339	715	1.563

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	10,78% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos - 30/06/2014 - circulante (*)	80.173
Saldos - 31/12/2013 - circulante (*)	80.029

(*) Deduzido de R\$150 (R\$299 em 31 de dezembro de 2013), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2014 as exigências contratuais foram cumpridas.

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Descrição	30/06/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2012 e 01/01/2013	80.029	64.448
Recolocação debêntures	-	15.274
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	4.534	6.750
Pagamento de juros	(4.390)	(6.443)
Saldos - circulante - 30/06/2014 e 31/12/2013	80.173	80.029

19. Tributos e Contribuições Sociais

	30/06/2014	31/12/2013
ICMS	20.675	19.667
Encargos sociais	2.392	2.670
IRPJ	19.573	16.818
CSSL	9.660	7.435
PIS / COFINS	16.340	17.711
IRRF	819	1.061
Outros	885	1.411
Total	70.344	66.773
Circulante	46.045	46.354
Não circulante	24.299	20.419

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/06/2014
Trabalhistas	8.738	2.614	(394)	426	11.384
Cíveis	26.381	4.744	(4.406)	1.064	27.783
Fiscais	2.485	-	-	106	2.591
Total	37.604	7.358	(4.800)	1.596	41.758
Depósitos e cauções vinculados (*)	(9.274)				(6.822)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$ 22.994 (R\$22.610 em 31 de dezembro de 2013) dos quais R\$16.172 (R\$13.336 em 31 de dezembro de 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou provável.

No período findo em 30 de junho de 2014 foram pagos o montante de R\$2.768 (R\$7.238 em 31 de dezembro de 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$752 (R\$2.628 em 31 de dezembro de 2013) e de indenizações cíveis R\$2.016 (R\$4.610 em 31 de dezembro de 2013).

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$813.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$269.774 (R\$266.162 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$25.037 (R\$15.200 em 31 de dezembro de 2013), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. O aumento no período de reclamações trabalhistas refere-se à propositura de várias ações cujo objeto é a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação aos contratos de trabalho firmados entre empreiteira e seus empregados.

O aumento de R\$11.443 refere-se basicamente a ações relacionadas ao objeto verbas contratuais legais e ação de responsabilidade subsidiária.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$59.326 (R\$71.415 em 31 de dezembro de 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

A redução de R\$11.189 refere-se basicamente a alteração de prognóstico e arquivamento de processos tais como processo regulatório referente a procedimentos de fiscalização do poder concedente.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$185.411 (R\$179.547 em 31 de dezembro de 2013), referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$461.424 (R\$425.805 em 31 de dezembro de 2013) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$35.619, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$461.424.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

21.2. Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos, relativos ao exercício de 2013, no montante de R\$6.996, equivalentes a R\$7,6195 por ação ordinária, a serem pagos em 2 parcelas até 31 de dezembro de 2014, tendo sido totalmente liquidado em 31 de julho de 2014.

O Conselho de Administração aprovou em 06 de junho de 2014, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 30 de abril do corrente exercício, no montante de R\$31.135 (R\$33,9102 por ação ordinária), pagos em 11 de junho de 2014.

Adicionalmente, foram pagos R\$16.000 entre janeiro e fevereiro/2014, referente aos dividendos do exercício de 2013, aprovados pela RCA de 19 de dezembro de 2013.

22. Receita operacional

	30/06/2014				30/06/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	1.058.486	795.720	165.338	342.234	1.016.021	740.185	164.215	338.649
Industrial	4.528	314.858	42.163	85.445	4.550	257.109	35.444	73.669
Comercial	93.042	352.365	71.157	145.851	90.508	326.244	70.108	144.256
Rural	118.961	129.688	17.826	38.673	113.239	139.263	17.083	39.709
Poder Público:								
Federal	606	28.458	9.612	19.204	586	28.285	10.230	20.584
Estadual	3.176	38.783	7.627	15.238	3.071	38.547	8.119	16.334
Municipal	11.746	48.849	5.059	10.108	11.356	48.552	5.384	10.835
Iluminação Pública	657	112.203	13.033	26.032	647	110.952	13.016	26.662
Serviço Público	1.020	109.711	11.908	25.042	1.015	111.037	12.686	26.390
Consumo Próprio	237	2.253	-	-	144	2.255	-	-
Subtotal	1.292.459	1.932.888	343.723	707.827	1.241.137	1.802.429	336.285	697.088
Remuneração contas a receber da concessão	-	-	4.074	8.022	-	-	3.834	7.530
Suprimento	-	8.089	10.133	12.026	-	6.591	1.957	(3.515)
Fornecimento não faturado (líquido)	-	44.988	79	(11.179)	-	(32.298)	(2.490)	(15.092)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	19	-	7.407	15.140	20	-	13.063	26.521
Receita de construção - infraestrutura	-	-	34.471	65.836	-	-	31.063	54.461
Outras receitas operacionais	-	-	1.249	3.226	-	-	2.433	5.077
Total - receita operacional bruta	1.292.479	1.985.965	401.136	800.898	1.241.157	1.776.722	386.145	772.070
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	77.823	160.174	-	-	75.192	149.607
PIS	-	-	5.967	12.046	-	-	5.836	11.876
COFINS	-	-	27.487	55.485	-	-	26.899	54.703
ISS	-	-	49	97	-	-	43	248
Quota da RGR	-	-	-	-	-	-	-	(1.774)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.293	2.522	-	-	1.220	2.473
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.157	1.955	-	-	619	1.237
Conta de Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	-	-	-	2.113
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.293	2.522	-	-	467	2.472
Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	1.521	3.053	-	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	116.590	237.854	-	-	110.276	222.955
Total - receita operacional líquida	1.292.479	1.985.965	284.546	563.044	1.241.157	1.776.722	275.869	549.115

23. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2014	30/06/2013	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013
Energia de leilão	913.700	902.427	97.805	174.462	80.868	151.967
Energia bilateral	217.700	217.728	20.040	39.724	7.845	27.051
Cotas de Angra REN 530/12	75.100	75.531	5.643	11.276	5.164	10.330
Energia de curto prazo - CCEE	211.000	96.815	81.891	193.896	16.625	35.587
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	765.900	774.760	12.689	24.969	12.608	23.875
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	42.100	40.447	5.755	11.510	5.263	12.280
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(53.578)	(144.838)	1.307	(25.847)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(12.302)	(22.905)	(11.110)	(17.059)
Total	2.225.500	2.107.708	157.943	288.094	118.570	218.184

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

Para os meses de janeiro a junho a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho 515 de 7 de março de 2014	10.708
Fevereiro	Despacho 1256 de 22 de abril de 2014	32.024
Março	Despacho 1443 de 9 de maio de 2014	48.528
Abril	Despacho 1696 de 2 de junho de 2014	31.077
Maior	Ofício 90/2014 de 08 de julho de 2014	22.500
Junho	Despacho 3017 de 5 de agosto de 2014	-

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a abril já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			30/06/2014 e 31/12/2013
Riscos Operacionais	23/10/2014	35.320	367
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	292
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	Até R\$ 360 mil/veículo	255
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2014	84.784	376
			1.290

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	40.586	40.586	50.315	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	122.962	122.962	143.796	143.796
Consumidores e concessionárias	141.671	141.671	151.382	151.382
Títulos de créditos a receber	49.111	49.111	61.992	61.992
Conta a receber da concessão	248.907	248.907	225.555	225.555
Instrumentos financeiros derivativos	15.530	15.530	15.685	15.685

PASSIVO	30/06/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	99.401	99.401	92.799	92.799
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	616.711	620.138	611.764	611.543

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 1ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/06/2014	31/12/2013
Dívida (a)	616.711	611.857
Caixa e equivalentes de caixa	(40.586)	(50.315)
Dívida líquida	576.125	561.542
Patrimônio líquido (b)	614.630	598.086
Índice de endividamento líquido	0,94	0,94

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	96.755	-	-	-	2.646	99.401
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - 9,69%	126.488	38.079	291.788	255.739	59.882	771.976
Total	223.243	38.079	291.788	255.739	65.528	871.377

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	40.586	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	122.962	143.796
Consumidores e concessionárias	141.671	151.382
Títulos de créditos a receber	49.111	61.992
Conta a receber da concessão	248.907	225.555
Instrumentos financeiros derivativos	15.530	15.685

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 25.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em

suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2014, com queda de 5,98% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,2025/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2014 era de 8,98%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 30 de junho de 2014 de R\$618.424 (R\$613.795 em de 31 de dezembro de 2013), R\$259.971 (R\$276.074 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares, (i) US\$77,8 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$ 77,2 milhões de principal) cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$176,7 milhões e (ii) US\$40,0 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$40,0 milhões de principal), cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$90,8 milhões.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, 17 de Abril de 2018, e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 apresenta no ativo não circulante R\$15.530 (R\$15.685 em 31 de dezembro de 2013) a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	16.900	VC + 4,33% 100,0% CDI	17/08/2015	2,85(Ago -15)
Loan 4131 Citibank P. Ativa P. Passiva	40.000	Libor + 1,90% 101,0% CDI	21/09/2017	3,0185(Set-16) 3,1975(Set-17)
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	60.277	VC + 4,105% 108,95% CDI	17/04/2018	3,11(Abr-17) 3,30(Abr-18)

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a

substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

	30/06/2014	31/12/2013	Descrição	30/06/2014	31/12/2013
	Nocional (BRL)	Nocional (BRL)	Posição Ativa		
	154.138	34.138	Moeda Estrangeira- USD	180.948	190.875
Swap com Opções- Itaú BBA			Posição Passiva		-
			Taxa de Juros CDI	(161.346)	(161.671)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(9.338)	(18.528)
			Posição Total Swap Com Opções	10.264	10.676
			Posição Ativa		-
	80.960	80.960	Moeda Estrangeira- USD Libor	91.355	96.332
Swap com Opções- Citibank			Posição Passiva	-	-
			Taxa de Juros CDI	(81.339)	(81.367)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(4.750)	(9.956)
			Posição Total Swap Com Opções	5.266	5.009

O Valor Justo dos derivativos efetuados em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Swap com Opções Itaú e Citibank	259.971	Alta USD	23.290	(38.963)	(101.216)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	272.303		249.013	311.267	373.520
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(242.685)		(242.685)	(242.685)	(242.685)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(14.088)		-	(7.956)	(62.469)
Subtotal	15.530		6.328	60.626	68.366
Líquido	-		29.618	21.663	(32.850)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$29.618 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$21.663 e negativo de R\$32.850, respectivamente.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11,00%, TJLP = 5,0% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	138.923	Alta do CDI	3.639	4.507	5.358
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(141.826)	Alta do CDI	(3.749)	(4.642)	(5.520)
	(81.026)	Alta da TJLP	(994)	(1.237)	(1.478)
	(82.112)	Alta do FNE	(1.595)	(1.980)	(2.360)
Subtotal (**)	(304.964)		(6.338)	(7.859)	(9.358)
Total	(166.041)		(2.699)	(3.352)	(4.000)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2014 (11,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$259.971.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/06/2014	31/12/2013
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	122.962	143.796
Instrumentos financeiros derivativos	2	15.530	15.685
Contas a receber da concessão	3	248.907	225.555

26. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Plano de benefício definido

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de contribuição definida

A Companhia também possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e

dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

Em 30 de junho de 2014 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$4.295 (R\$6.179 em 30 de junho de 2013).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de junho de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.551 (R\$1.285 em 30 de junho de 2013).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	262.063	523.524	534.943	529.300	543.737	7.516.800

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

28. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No período findo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2014	31/12/2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	19.159	73.897
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	4.762	5.447
Fornecedores	8.921	9.277
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	15.736	8.197
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	5.332	15.462
Capitalização de reservas	35.619	39.289

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Lei 12.783/13, Decretos 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14

Conforme mencionado na nota 23, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a junho de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4